



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:**  
**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**SUSANA DE ALMEIDA CAVALCANTI**

**A ESCOLA NO COMBATE AO RACISMO**

**CAMPINA GRANDE- PB**

**2014**

**SUSANA DE ALMEIDA CAVALCANTI**

**A ESCOLA NO COMBATE AO RACISMO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Nilton Conserva

**CAMPINA GRANDE- PB**

**2014**

C376e Cavalcanti, Susana de Almeida  
A Escola no combate ao racismo [manuscrito] / Susana de  
Almeida Cavalcanti. - 2014.  
31 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:  
Práticas Ped. Interdisciplinares) - Universidade Estadual da  
Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a  
Distância, 2014.

"Orientação: Nilton Conserva, Departamento de Humanas".

1. Racismo na escola. 2. Preconceito Racial. 3.  
Discriminação. I. Título.

21. ed. CDD 320.56

**SUSANA DE ALMEIDA CAVALCANTI**

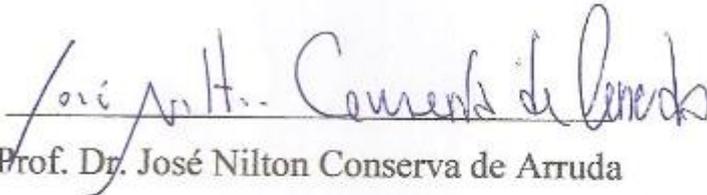
**A ESCOLA NO COMBATE AO RACISMO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

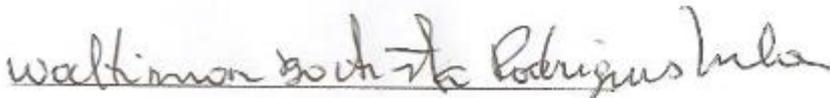
Defesa 19/07/2014

Nota: \_\_\_\_\_

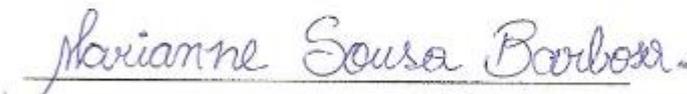
**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda

Orientador

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Waltimar Batista Rodrigues Lula

Examinador

  
Prof.<sup>a</sup> Ms. Marianne Sousa Barbosa

Examinadora

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria Anunciada, pelo amor, dedicação, ensinamentos, pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida e por me fazer acreditar que tudo é possível, basta perseguir os sonhos. Obrigada.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela vida, pela sabedoria, por todas as minhas conquistas pessoais e profissionais, e por ter colocado em meu caminho pessoas tão especiais, que não mediram esforços em me ajudar durante a realização desta especialização e desta monografia. A estas pessoas estorno aqui meus sinceros agradecimentos

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane de Moura Silva coordenadora do curso de Especialização, por seu empenho.

Ao Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

A minha mãe, Maria Anunciada, ao meu marido, Severino Gilson, a minha filha, Ana Cecília, pela compreensão por minha ausência nas reuniões familiares.

A meu pai Valmir Barros Cavalcanti (*in memoriam*), embora fisicamente ausente, sentia sua presença ao meu lado, dando-me força.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, que contribuíram ao longo de quinze meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

À minha família.

“Desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, o negro, a mulher, não estarei ajudando meus filhos a ser sérios, justos e amorosos da vida e dos outros.”

(Pedagogia da Indignação, 2000.)

*Paulo Freire*

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo principal investigar nas bibliografias os estudos feitos por pesquisadores no que se refere ao combate da discriminação racial nas escolas, destacando o que se tem feito para combater ao racismo na sociedade começando pelo o combate nas escolas. Também destacar as dificuldades no combate ao preconceito racial que enfrentamos no cotidiano escolar. O suporte teórico teve por base os estudos Maria Aparecida (Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial) Nilma Lino Gomes (Educação, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade) Isabel Aparecida dos Santos (A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos), entre outros especialistas da pedagogia da inclusão. Um instrumento utilizado foi uma análise das observações feitas por estudiosos da discriminação racial na escola que tentam entender como a escola lida com a diferença racial. A escola discrimina? A conclusão que teve os estudiosos quanto a essa pergunta feita a diferentes seguimentos, a diferentes sujeitos do ambiente escolar é que houve variadas respostas como (1) há quem ache absurdo falar de discriminação no Brasil, país onde “todos são iguais perante a lei”, (2) há quem reconheça que a discriminação exista, mas na “sociedade” (sujeito indefinido e abstrato, que não frequenta os bancos escolares), (3) há ainda quem afirme que a escola, além de discriminar, não é capaz de promover a igualdade. Nesse sentido, esse estudo ressalta a importância de preparar todos aqueles que fazem parte do contexto escolar no intuito de aprender a lidar com o preconceito com a indiferença dentro da escola, tornando assim, uma sociedade mais consciente do que é ser discriminado e quais as consequências disso.

**Palavras-chave:** Cotidiano escolar. Preconceito racial. Discriminação. Combate ao racismo nas escolas.

## ABSTRACT

This research has the main objective to investigate the bibliographies studies done by researchers with regard to combating racial discrimination in schools, highlighting what has been done to combat racism in society by starting the fight in schools. Also highlight the difficulties in combating racial prejudice we face in everyday school life. The theoretical support was based on studies Maria Aparecida (Training Educators / them to combat racism: another essential task) Nilma Lino Gomes (education, ethnicity, and class: the pedagogical approach of diversity) Isabel Aparecida dos Santos (Responsibility school in the elimination of racial prejudice: some paths), among other experts of pedagogy of inclusion. An instrument used was an analysis of the observations made by scholars of racial discrimination in school trying to understand how the school deals with racial difference. The school discriminates? The conclusion was that the scholars regarding this question to different segments, the different subjects of the school environment is that there were varied responses as (1) some people find absurd to speak of discrimination in Brazil, the country where "all are equal before the law", (2) there are those who recognize that discrimination exists, but "society" (undefined and abstract subject, who does not attend the school benches), (3) there are still those who say that the school, as well as distinguished, is not able to promote equality. Thus, this study highlights the importance of preparing all those who are part of the school context in order to learn how to deal with prejudice against indifference within the school, thus making a more conscious of what is being discriminated against society and what the consequences this.

**Keywords:** Everyday school. Racial prejudice. Discrimination. Tackling racism in schools.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	14
<b>1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE PRECONCEITOS, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, RACISMO E TRABALHAR COM ELES</b> .....	14
1.2 A EXPANSÃO TEÓRICA DO RACISMO.....	15
<b>1.3 Análise Histórica: A Segregação Racial e as Insurgências</b> .....	16
1.4 EXCLUSÃO ESCOLAR: INÍCIO DA EXCLUSÃO SOCIAL DOS NEGROS E NEGRAS .....	18
1.5 CARACTERÍSTICAS DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA SEGUNDO A VISÃO DE ELIANE CAVALLEIRO.....	20
1.6 LIVRO DIDÁTICO E O CURRÍCULO .....	20
<b>CAPÍTULO 2 – A RESPONSABILIDADE DA ESCOLA</b> .....	22
<b>2 A ELIMINAÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA: ALGUNS CAMINHOS</b> .....	22
2.1 O LUGAR DADO À DIVERSIDADE: ANTROPOLOGIA NO AMBIENTE ESCOLAR.....	22
2.1.1 Uma Teoria Evolucionista .....	23
2.1.2 A Descrição das Culturas.....	24
2.1.3 O Estruturalismo de Lévi-Strauss .....	24
2.1.4 Da Cultura Isolada às Mudanças Culturais.....	24
2.1.5 Atualidade e Possibilidades .....	25
<b>CAPÍTULO 3 – A ESCOLA</b> .....	27
<b>3 A ESCOLA: REPRODUTORA DA DISCRIMINAÇÃO OU PROTAGONISTA DA SUPERAÇÃO?</b> .....	27
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	30
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	31

## INTRODUÇÃO

... "Sem a Educação das Sensibilidades, todas as Habilidades são tolas e sem sentido"...

*(Rubem Alves)*

Com um mundo globalizado que vivemos graças ao capitalismo e impulsionado pelas tantas tecnologias que nos dão acesso a contato com pessoas de toda parte do mundo e a todo tipo de informação, ainda com todo esse avanço nos deparamos no cotidiano comportamentos que nos colocam atrás desse avanço tecnológico e também científico. Ora, como admitir que o “professor” com seu embasamento teórico tenha dificuldade ainda de lidar com as diferenças? Como um viajante que conhece várias culturas tenha atitudes preconceituosas sobre determinado tipos de pessoas ou cultura? Será que o conhecimento científico bastaria para acabar com a desigualdade, com a diferença? Sabemos que muitas explicações científicas do passado eram regadas por opiniões preconceituosas, graças a muitos estudos a ciência teve seu avanço. Porém, ainda hoje alimentamos nossas ignorâncias que vêm desde a infância, e uma dessas ignorâncias é ainda não saber lidar com as diferenças como é o caso de atitudes racistas. Essas atitudes preconceituosas elas acontecem em qualquer parte do mundo.

No Brasil, apesar de ser um país onde existe uma grande miscigenação, o preconceito ainda é muito grande entre os brasileiros, embora muitos de nós não reconheçamos o preconceito que temos. Devido ao grande número de casos de violência verbal e física contra aquele que vem sofrendo e sofre discriminação racial, tem chamado atenção da sociedade que vem se preocupando com a situação de negros no Brasil.

Sendo a escola que é apontada como um campo de enfrentamentos discriminatórios de maior amplitude — na visão dos alunos — que as ruas, o bairro onde habitam, etc. (SILVA, 2002). O corpo docente e os educadores vivenciam esse micro universo de relações plurais e discriminatórias sem, contudo, buscar o entendimento, mecanismos que geram a dialética da exclusão/assimilação. Portanto, é justificável o número de estudo de obras que discutem sobre como combater a discriminação racial nas escolas no sentido de verificar de que maneira a escola contribuiria para controlar o preconceito racial.

Com o surgimento em 1997 dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que elegeu a pluralidade cultural como um de seus temas transversais, a multiculturalidade ou a compreensão da diversidade ganhou relevância na área educacional.

A impessoalidade e a individualidade que caracterizam a contemporaneidade gera, como uma de suas consequências negativas, a intolerância, seja ela, étnica, política, de gênero, entre outras, assim sendo, a escola torna-se uma das instituições mediadoras desses conflitos, devendo, pois, aprofundar a ideia da diferença dentro e fora de seus muros enquanto propulsora de relações igualitárias, reconhecendo “que o outro guarda um segredo de quem eu sou”.

A situação da população negra e mestiça brasileira, no que se refere à educação, encontra-se nessas ideias normativas. Primeiro porque a defesa e a luta pela cidadania (...) discurso muito comum nas escolas, normalmente, não passa do plano das ideias. Existem especificidades próprias dessa população (...) que são na maioria das vezes “esquecidas” em prol de uma sociedade harmônica, homogênea, onde as individualidades são igualadas por um modelo comum de cultura, em nome de uma pretensa ordem social (SILVA, 2002, p.22).

Como a escola lida com a diferença: A escola discrimina? A mesma pergunta feita a diferentes seguimentos, a diferentes sujeitos do ambiente escolar, traria variadas respostas. Há quem ache absurdo falar de discriminação no Brasil, país onde “todos são iguais perante a lei”; há quem reconheça que a discriminação exista, mas na “sociedade” (sujeito indefinido e abstrato, que não frequenta os bancos escolares); há ainda de promover a igualdade. Quem está certo e quem está errado?

Sobre esse aspecto desde a década de 1980, alguns pesquisadores se debruçaram no levantamento dos conteúdos discriminatórios presentes nos livros didáticos e sua influência na formação de crianças e adolescentes, por se constituírem, muitas vezes, o único instrumento de leitura escrita para aqueles<sup>1</sup>. Nesses trabalhos foram levantados vários estereótipos atribuídos aos negros, colocando-os numa posição de inferioridade aos brancos, dos quais destacamos; a) as imagens de mulheres negras eram sempre caricatas, com lenço na cabeça, brincos de argolas e traços animalizados; b) as mulheres negras eram sempre “cuidadoras”, sem família, numa brutal referência à “ama-de-leite”; c) quanto ao trabalho, apareciam associados a atividades não-qualificadas (pedreiros, domésticas etc.); d) a invisibilidade da população negra, pois, apesar de representar 44% da população, em meio a multidões aparecia apenas um negro; e) os negros como sinônimo de escravos. Em contrapartida, os valores inversos, positivos, eram atribuídos aos brancos.

Pode-se considerar que ocorreram grandes avanços na produção editorial. No entanto, esses trabalhos são ainda incisivos na análise dos livros didáticos a serem adotados nas escolas. Resta-nos avançar mais na produção de materiais que contribuam para eliminação

<sup>1</sup> Refere-se aqui às pesquisas realizadas por ROSEMBERG, Fúlvia; SILVA, A.C. e HASENBALG, C.A.

do “etnocentrismo” nos currículos escolares e na elaboração de uma metodologia de tratamento da diversidade racial no ambiente escolar.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem uma concepção que busca explicitar a diversidade étnica e cultural que compõem a sociedade brasileira. Como discurso não se pode deixar de elogiar a construção desse texto (...) mas até a implantação de medidas efetivamente concretas que possam realizar as transformações necessárias, há de se percorrer ainda um longo caminho (...) (SOUZA, 2005, p. 94)

Numa das recentes experiências da educadora Isabel Aparecida dos santos como assessora e docente de um projeto de educação do Ceert<sup>2</sup>, em 1997, pode colher algumas impressões interessantes a esse respeito. O projeto intitulado “a interação plurirracional em meio escolar” foi desenvolvido no âmbito de quatro Delegacias Estaduais de Educação da região metropolitana de São Paulo. As atividades foram desenvolvidas por meio de oficinas com supervisores, equipes pedagógicas e professores. Cada grupo participou de três oficinas. A metodologia adotada foi a participativa, possibilitando uma abordagem psicossocial das relações inter-raciais e interculturais. Eram apresentados poucos conteúdos, dando-se ênfase às dinâmicas que possibilitavam falar das situações do cotidiano escolar, permitindo que as pessoas expressassem suas percepções sobre o assunto podendo entrar em contato, também, com a realidade subjetiva que influenciava suas ações.

Nas atividades desenvolvidas pode-se observar:

a) Alguns educadores, apesar de identificarem visões estereotipadas de negros e mulheres nos livros didáticos, continuavam a utilizar estes materiais sem que, na maioria das vezes, propusessem uma leitura crítica em conjunto com os alunos.

b) Em várias falas se revelava a existência de uma expectativa por parte dos professores diante de crianças negras, como pode ser ilustrado pela fala de uma professora, que revelou ter ficado assustada quando chegou numa escola nova e encontrou uma sala “cheia de meninos... e “tudo” assim... escuro... negros” (diz baixinho e com constrangimento). Diz que ficou preocupada, imaginando que o trabalho não daria certo; que seria uma classe de indisciplinados. A surpresa, segundo ela, foi a classe ter se revelado “ótima, de excelentes alunos... educados e estudiosos!”.

---

<sup>2</sup> O Ceert (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade) é uma ONG que, desde 1995, vem produzindo conhecimentos e realizado projetos na área educacional.

c) Grande parte dos docentes atribuía o problema da discriminação à família e às próprias crianças, por não se aceitarem como negros(as) e não lutarem para conquistar novos espaços, conformando-se com a exclusão.

d) Outra parcela de educadores chama a atenção para o fato de não se poder reduzir o racismo e o preconceito à questão negra, fazendo alusão a outros segmentos discriminados (mulheres, portadores de HIV, pobres...).

A partir dessas observações, pode-se chegar a algumas conclusões:

a) A escola, embora reconheça que seu mais utilizado instrumento de trabalho (o livro didático) seja um contendor de visões estereotipadas e discriminatórias, tem dificuldades em perceber-se responsável pela difusão desta visão, atribuindo a responsabilidade à família e à própria criança.

b) A falta de formação e habilidade dos educadores para lidar com as relações do cotidiano escolar marcadas por discriminações os leva a medidas não problematizadoras da diferença, apelando para convicções tais como: “Todos merecem respeito porque são filhos de Deus” ou “E daí que você é negro, o importante é que você tem saúde...”.

c) Os educadores têm dificuldade em aceitar que a diferença, para alguns grupos, é sinônimo de desigualdade, de menores oportunidades, e assim, quando se fala de desigualdade, buscam “muitos desiguais”. São comuns falas do tipo: “Mas o gordo também é discriminado”; “O japonês, o pobre..., existem muitas piadas de português...”, relativizando a discussão racial, que pode estar combinada a todas as outras formas de discriminação. O que dizer da mulher negra, pobre e gorda?

d) A discriminação, na maioria das vezes, é tratada como um problema do discriminado sem incluir os discriminadores, os “privilegiados”. “São eles mesmos que se autodiscriminam, que se sentem inferiores”.

A experiência de Geledés que foi desenvolvida de 1996 a 2000 que era um Programa de Educação para capacitar educadores/as para combater o racismo vem ao longo desses anos ratificando o princípio de que o/a educador/a bem preparados/a é um/a multiplicador/a de informações corretas e um fator de alteração contumaz e poderoso das situações de discriminação racial, especialmente no processo pedagógico de ensinar e aprender. Algumas avaliações do curso “Multiculturalismo, Educação e Relações Raciais” ministrado pelo

Programa de Educação de 2000 para educadores/as ligados/as ao projeto de ação afirmativa geração XXI na cidade de São Paulo, comprovam esta percepção:

Ao ingressar no curso não, tinha ideia de que esse assunto: preconceito e discriminação racial quanto aos negros nos dias de hoje causasse tanto impacto; pensei ser coisa passada, pois para mim não há diferenças. (J. C., professor de Física e Matemática do Ensino Fundamental).

Sinceramente ainda não tinha passado pela minha cabeça ou então nunca havia prestado atenção no problema da discriminação racial na educação.

Sou da raça branca, mas nunca cometi algum ato com aluno que eu viesse a me envergonhar depois.

[...] Depois de frequentar o curso, agora eu posso sentir e ver que a criança negra não existe para a educação que nos é imposta e assim nota-se bem a discriminação.

## **1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE PRECONCEITOS, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, RACISMO E TRABALHAR COM ELES**

Apesar de estarmos numa era bastante moderna, onde a ciência no sentido geral tem dado o seu grande avanço. Percebemos ainda no cotidiano atitudes de preconceito para com os negros, atitudes que muitas vezes que causa grande indignação para quem sofre a discriminação como também para aquele que repudia tal atitude.

Pensando em contribuir para o “fim” de atitudes preconceituosas tentar-se estabelecer uma relação harmoniosa entre a diversidade a partir de mudanças dentro da própria escola, pois a “escola é apontada como um de enfrentamentos discriminatórios de maior amplitude – na visão dos alunos – que as ruas, os bairros aonde habitam, etc.” (SILVA, 2002).

Segundo a autora Maria Aparecida da Silva, presidenta da Geledés, para melhor entender a problemática das desigualdades entre negros/as e brancos/as no sistema escolar, como ponto de partida do curso, conceituam-se o preconceito, a discriminação racial e o racismo.

O preconceito é basicamente uma atitude negativa (é necessário que haja algum referente positivo para comparação) com relação a um grupo ou pessoa, baseando-se num processo de comparação social em que o grupo da pessoa preconceituosa é considerado um ponto positivo de referência. É uma posição psicológica que acentua sentimentos e atitudes endereçados a um grupo como um todo, ou a um indivíduo por ser membro dele.

A discriminação, por sua vez, é a manifestação comportamental do preconceito, ou seja, é a materialização da crença racista em atitudes que efetivamente limitam ou impedem o desenvolvimento humano pleno das pessoas pertencentes ao grupo discriminado e mantêm os privilégios dos membros do grupo discriminados à custa do emprego dos participantes do grupo discriminado.

A manifestação comportamental do preconceito racial (discriminação racial) cria a desigualdade racial; portanto, o comportamento discriminatório é mais importante que o preconceito numa análise histórica e sociológica que tente compreender as relações raciais vivenciadas na escola.

Quanto ao racismo, a primeira dificuldade para defini-lo e assumir sua existência entre nós advém do fato de ele constituir-se uma prática social negativa, cruel, humanamente repreensível, com a qual ninguém, em sã consciência (afora os/as racistas declarados/as) quer se identificar.

## 1.2 A EXPANSÃO TEÓRICA DO RACISMO

A expansão teórica do racismo deu-se em meados do século XIX, a partir das interpretações equivocadas e abusivas das teorias evolucionistas de Charles Darwin. Foi feita uma hierarquização das diferenças de ordem física que se constata entre os seres humanos, transformando-as em desigualdades, em marcas de superioridade para uns/mas (fenótipo branco/europeu) e de inferioridade para outros/as (negro/africano).

No caso brasileiro, o enraizamento das ideias racistas deu-se pelas teses de médicos, juristas, escritores, sociólogos e historiadores que buscaram comprovar a suposta inferioridade da população negra e os malefícios da predominância de negros/as no país, durante fins do século XIX e primeiras décadas do XX. Vale lembrar que a imigração estrangeira, leia-se europeia/branca, posto que neste período era vedada a entrada no país de pessoas africanas e asiáticas, justificou-se e foi incentivada pela necessidade de “branquear a raça”. Não se pode esquecer ainda que o Brasil foi o país que escravizou o maior número de africanos/as durante o sistema escravista colonial e o último das Américas a pôr fim a escravidão. Portanto, a população negra era de fato imensa, e isso levou as elites a fortalecer as teorias racistas e a produzir preconceitos contra as pessoas de origem africana, com o objetivo exclusivo de garantir seus privilégios.

Nos dias atuais, o racismo tem se manifestado de maneira muito evidente, quando se tenta negar a humanidade das pessoas negras, comparando-as por meio de seus atributos físicos a coisas, doenças e animais. Essas comparações são naturalizadas na cultura brasileira, ou seja, de tanto inferiorizar as pessoas negras com apelidos, “piadinhas” e gracejos, seguidos de “tapinhas” nas costas e comentários sobre os/as amigos/as negros/as que até frequentam a casa de pessoas brancas, bem como as trabalhadoras domésticas negras, “tratados como filhos”, todo mundo passa a achar que isso é engraçado, louvável e quem se indigna é “neurótico/a”.

Explica-se como o racismo é uma expressão mais ampla que abrange, além do preconceito, hostilidade, discriminação, segregação e outras ações negativas manifestadas em relação a um grupo racial/étnico. O racismo revela-se basicamente em três níveis: individual, institucional e cultural. No nível individual, um membro de um grupo racial julga-se superior a outro simplesmente por pertencer ao grupo tido como superior (branco, por exemplo). O racismo acentua atributos positivos do grupo que se acha superior e atributos do que é inferiorizado, retira a humanidade do grupo racial em posição de inferioridade, transforma as diferenças em desigualdades.

No nível institucional, o racismo dispõe as instituições (Estado, escola, igrejas, empresas, partidos políticos etc.) a serviço dos pressupostos do racismo individual, limita a partir de algumas práticas institucionais as escolhas, os direitos, a modalidade e o acesso de grupos de pessoas (negra, por exemplo) a determinadas posições ou ao seu desenvolvimento pleno. Como ressalta Cashmore (2000, p.471), “a força do racismo institucional está em capturar as maneiras pelos quais sociedades inteiras, ou seções delas, são afetadas pelo racismo, ou talvez por legados racistas, muito tempo depois de os indivíduos racistas terem desaparecido”.

No nível cultural, pode ser entendido como a expressão individual e institucional da superioridade da herança cultural de um grupo étnico-racial com relação a outro, ou seja, “o racismo se expressa na cultura quando todos os saberes produzidos pelas sociedades milenares africanas, por exemplo, não têm o valor cultural de saberes Greco-romana” (SILVA e BARBOSA, 1997).

Para decodificar a natureza das desigualdades experimentadas pelo aluno negro na escola é fundamental ter em mente que pessoa alguma quer ter seu comportamento associado a preconceitos, discriminação e racismo, ou seja, visto sob a lente de condutas socialmente condenáveis. Essas associações efetivamente a limitam em sua humanidade. Portanto, a dificuldade de explicitar o contexto social racista no qual a escola está inserida (no caso brasileiro) e as mazelas da cultura escolar que, além de reproduzir preconceitos, estereótipos e discriminações, produz seus próprios monstros, torna-se perfeitamente compreensível à luz da condenação social desses comportamentos.

### **1.3 Análise Histórica: A Segregação Racial e as Insurgências**

A questão do racismo nunca foi privilégio de nenhuma cultura em particular, mas sempre esteve presente ao longo da história da humanidade, assumindo formas diversas. No presente artigo, nos ateremos à análise do racismo em três culturas: África do Sul, EUA e Brasil, observando os movimentos racistas que se desenvolveram nelas e suas respectivas insurgências.

Na África do Sul, a partir da década de 1940, o racismo se expressava de forma explícita, em forma de leis de segregação racial, esse regime ficou conhecido como Apartheid (vida separada). Nos EUA, o racismo mostrava-se de maneira deliberada, principalmente no sul do país, com leis segregacionistas que proibiam negros de frequentar estabelecimentos comerciais de brancos e de se manifestarem de forma autêntica, o que desencadeou a luta

pelos direitos civis dos negros, no fim da década de 1950. O Brasil por sua vez, que sustentou uma cultura escravista a partir do século XVI, ainda hoje usufrui de seu legado cultural e ideológico, que assume formas de discriminação e preconceito diversos. A segregação racial na África do Sul ganhou força com o regime do Apartheid, um modelo político segundo o qual uma minoria branca detinha o poder em detrimento dos direitos de uma maioria negra. O Apartheid não surgiu de repente, mas foi construído desde a colonização europeia, ganhando um corpo ideológico ao longo dos séculos e se firmando em meados da década de 1940, onde ganhou essa nomenclatura. Tal regime estava bem fundamentado, uma vez que a segregação racial era legalizada por leis que impediam os negros, que formavam 70% da população, de serem verdadeiros cidadãos.

A história nos mostra que um contexto de opressão, seja ele qual for, é um terreno fértil para que movimentos de insurgência brotem, e não foi diferente na África do Sul. A luta contra o modelo racista nesse país atingiu vários segmentos da sociedade, indo da oposição dos partidos políticos “Congresso Nacional Africano” (ANC) e do “Congresso Panafricanista” (PAC), ao combate armado de grupos guerrilheiros, alguns desses apoiados pelos partido insatisfação popular era muito grande, o que acarretou algumas manifestações que foram violentamente reprimidas, como o Massacre de Sharpeville. Mas o símbolo maior dessa luta contra a segregação racial foi Nelson Mandela, que se lançou em movimentos contra ao Apartheid ainda moço, quando era advogado. Foi membro do ANC, mas quando o partido foi colocado na clandestinidade pelo regime, ele se engajou em um grupo guerrilheiro, sendo preso e condenado depois disso. Mandela passou vinte e seis anos encarcerado, mas seu nome e sua luta foram reconhecidos, tornando-se o maior símbolo daqueles que queriam o fim do Apartheid. Quando foi libertado, se envolveu na política de novo e em 1994 foi eleito presidente da África do Sul, naquelas que seriam as primeiras eleições livres do país. Criando a Comissão de Verdade e Reconciliação, Mandela ajudou seu país a superar o antigo regime. Nos EUA, principalmente em alguns estados do sul do país, a questão racial era fortíssima, sustentada por antigas histórias. A Guerra de Secessão, mais conhecida como a guerra civil doa EUA, mais do que 600 mil mortos, deixou um legado cultural de ressentimentos e rixas. Antigos soldados dos estados confederados do sul, descontentes com a derrota na guerra e da abolição da escravatura, criaram uma sociedade secreta chamada Ku Klux Klan, com o objetivo de impedirem os negros libertos de serem verdadeiros cidadãos, negando a eles os direitos civis que a abolição lhes concedeu. Por meio de ameaças, atentados terroristas, violências e um sistema ideológico que separava as famílias brancas das negras, essa sociedade espalhou o medo e sua filosofia por vários estados.

A segregação racial nos EUA foi combatida de início pela minoria negra, contando com o apoio de outros segmentos da sociedade no decorrer de sua história. Nesse contexto de intolerância se destaca o pastor batista Martin Luther King Jr., que utilizou uma política de não violência no combate ao racismo e organizou várias marchas para cobrar do governo o fim das leis de segregação em alguns estados e a concessão plena dos direitos civis dos negros. Na maior marcha que ele organizou, milhares de negros vindos de várias partes do país se uniram para marchar na capital Washington, onde ele pronunciou seu mais famoso discurso, *I have a dream*, ou seja, “Eu tenho um sonho”, que inspira a muitos até hoje.

Diferente dessas duas culturas, o Brasil nunca enfrentou a intolerância racial explícita e nem leis de segregação racial depois da escravidão iniciada no século XVI. Mas a questão racial e seus desdobramentos sempre estiveram presentes em nossa história, assumindo formas específicas. O racismo que se desenvolveu entre nós e que ainda está arraigado em nossa cultura se manifesta de maneira camuflada, que por vezes assume formas estéticas aceitáveis socialmente, mas que possui em sua essência uma razão histórica de discriminação e negação dos direitos do negro, enquanto cidadãos brasileiros.

Nesse panorama moderno nunca tivemos um herói ou um símbolo da luta contra o racismo. Todavia, o que a sociedade brasileira precisa para combater esta mazela histórica não está em um indivíduo ou em uma classe isolada. O racismo não é um problema do negro somente, mas um problema de todos nós cidadãos brasileiros, que só existem e possuem essa cultura diversa por causa da contribuição dos afrodescendentes. A superação do racismo só será possível quando o povo brasileiro compreender que essa luta é de todos nós, pois aquilo que fere a dignidade de um grupo acaba ferindo a dignidade de todos, sem distinção. Temos uma dívida com o passado, por isso, o combate ao racismo é uma das vias para que possamos quitar a mesma. Contextos históricos de opressão e injustiças sempre revelam o caráter de um povo por meio de suas escolhas.

#### 1.4 EXCLUSÃO ESCOLAR: INÍCIO DA EXCLUSÃO SOCIAL DOS NEGROS E NEGRAS

A desigualdade racial não é gestada no ambiente escolar: em várias instâncias da vida social podemos constatar o tratamento diferenciado dado a negros e brancos. Os piores equipamentos sociais estão localizados em regiões periféricas das grandes cidades. Assim, pode-se imediatamente atrelar a condição de pobreza à variável racial. Daí, para negros e negras as piores condições no mercado formal de trabalho, habitação, saúde, renda etc.

Essas desigualdades repercutem sobremaneira na distribuição de renda e, paralelamente, no acesso aos demais setores da sociedade. As estatísticas estampam a diferença de participação entre os grupos raciais e rompem com a ideia falaciosa de uma democracia racial brasileira.

Pode-se dizer que a desigualdade racial na instrução escolar resulta em certa medida do não-investimento em uma escola pública de qualidade, na qual professores e professoras estejam preparados e atentos para a diversidade racial.

Em muitas escolas públicas, a diversidade racial permanece aparentemente diluída no cotidiano escolar, como se não constituísse aspecto importante para a formação de alunos e alunas. Esse fato torna-se importante na rede de escolas particulares, nas quais o número de alunos/as negros/as é irrisório. Aí não há sequer espaço para conflito e reflexão.

A construção de uma sociedade igualitária depende de ações concretas, tanto por parte dos nossos governantes quanto da sociedade civil.” Um fator decisivo para romper o quadro de exclusão no sistema educacional — e assim diminuir o débito para com a população negra — é a elaboração de um cotidiano escolar que contemple as necessidades específico de alunos/as negros/as, a saber: a) reconhecimento da problemática racial na sociedade; b) desenvolvimento de estratégias pedagógicas que possibilitem o reconhecimento da igualdade entre os grupos raciais e, paralelamente, a aceitação positiva dos alunos negros pelos demais alunos; c) provimento de alternativas para a construção de autoconceito positivo e autoestima elevada para crianças e adolescentes negros, incentivando-os a construir projetos de vida” (CAVALLEIRO, 2001).

A educação antirracista reconhece o ambiente escolar como um espaço privilegiado para a realização de um trabalho que possibilite o conhecimento respeitoso das diferenças raciais, bem como dos indivíduos pertencentes a grupos discriminados.

É condição para realização de uma educação antirracista o reconhecimento da diversidade presente nas escolas somado ao compromisso por parte dos educadores.

No cotidiano escolar, a educação antirracista visa à erradicação do preconceito, das discriminações e de tratamento diferenciados. Nela, estereótipos e ideias preconcebidas, estejam onde estiver (meios de comunicação, material didático e de apoio, corpo discente, docente etc.), precisam ser duramente criticados e banidos. É um caminho que conduz à valorização da igualdade nas relações. E, para isso, o olhar crítico é a ferramenta mestra.

## 1.5 CARACTERÍSTICAS DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA SEGUNDO A VISÃO DE ELIANE CAVALLEIRO

1. Reconhece a existência do problema racial na sociedade brasileira.
2. Busca permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar.
3. Repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e cuida para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitadas.
4. Não despreza a diversidade presente no ambiente escolar: utiliza-a para promover a igualdade, encorajando a participação de todos/as alunos/as.
5. Ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira.
6. Busca materiais que contribuam para a eliminação do “euro-centrismo” dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como o estudo de “assuntos negros”.
7. Pensa meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial.
8. Elabora ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de alunos e alunas pertencentes a grupos discriminados.

## 1.6 LIVRO DIDÁTICO E O CURRÍCULO

Segundo alguns estudiosos a educação é uma das áreas em que figura o maior número de experiências concretas e de produção teórica no espaço de trabalho, implementadas pelo Movimento Negro Contemporâneo, e que desde os primeiros anos da década de 1980, dois aspectos vêm sendo abordados com ênfase: O livro didático e o currículo escolar.

Essa preocupação em se trabalhar os livros didáticos e o currículo escolar é denunciar a sedimentação de papéis sociais subalternos e a retificação de estereótipos racistas, protagonizados pelos personagens negros. Apontando-se a medida em que essas práticas afetam crianças e adolescentes negros/as e brancos/as em suas formações, destruindo a autoestima do primeiro grupo e cristalizando, no segundo a imagem negativa e inferiorizada

da pessoa negra, empobrecendo em ambos o relacionamento humano e imitando as possibilidades exploratória da diversidade étnico-racial e cultural.

No que se refere aos currículos escolares, chamou-se atenção para a ausência dos conteúdos ligados à cultura afro-brasileira e a história dos povos africanos no período anterior ao sistema escravista colonial. Houve várias iniciativas destes tem nos currículos formais de certas escolas ou mesmo de redes de ensino de algumas cidades brasileiras. Entretanto, esbarrou e no problema da falta de formação do professorado para tratar essas questões em sala de aula.

Recentemente, duas novas linhas de ação têm sido evidenciadas pelo Movimento Negro: a formação de educadores/as para o combate ao racismo e a produção de recursos didático-pedagógico alternativos para discussão do racismo, da discriminação racial e compreensão das desigualdades geradas por eles.

Sabe-se que um/a profissional capacitado/a estará apto/a reverter de maneira positiva um material didático eventualmente ruim, bem a ampliar de modo criativo as pistas que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apresentam. Entretanto, para que esse trabalho seja mais efetivo é necessário o apoio de recursos didático-pedagógicos alternativos, ou seja, que alterem o *status quo* e apresentem novas possibilidades.

Todo esse espaço teórico e prático tem como objetivo que o professorado compreenda a particularidade da condição racial dos/as alunos/as e assim dê um passo para promover a igualdade. É preciso compreender que a exclusão é o início da exclusão social das crianças negras.

O professorado, em geral, não percebe as graves diferenças existentes nos resultados escolares de crianças negras e brancos. Não estabelece relação entre raça/etnia, gênero e desempenho escolar, e não percebe também como essa não-percepção interfere na sua própria conduta. Entretanto, sabe-se que as representações determinam as relações, os comportamentos, as expectativas e as interações sociais. “Assim, o despreparo constitui campo fértil para o racismo se perpetue e a discriminação racial sofra mutações próprias do ambiente escolar” (SILVA e BARBOSA, 1997).

## 2 A ELIMINAÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA: ALGUNS CAMINHOS

Não houve nas últimas décadas período tão fecundo como o atual para discutir temas relativos a etnia, diversidade, raça, mutações culturais etc. Até as mais simples análises de conjuntura brasileira incorporam hoje o quesito cor e temas relativos à desigualdade racial no Brasil. Não se sustenta mais o mito da democracia racial, consagrado por constatar, mais o mito da democracia racial, consagrado por constatar, mas sem promover a harmonia entre os diferentes grupos que constituíram a história brasileira :índios, negros e brancos. A tônica de vários artigos e livros traz o seguinte questionamento: a escola discrimina ou simplesmente não promove a igualdade? A sabedoria popular já dizia que “quem cala consente”. Num contexto social, em que as diferenças raciais significam desigualdade de oportunidade, “ao silenciar, a escola grita inferioridade, desrespeito e desprezo<sup>3</sup>” para uns (negros e indígenas) e, conseqüentemente, superioridade, respeito e valorização para outros (brancos).

### 2.1 O LUGAR DADO À DIVERSIDADE: ANTROPOLOGIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Os quatro séculos de regime escravista no Brasil não teriam se mantido apenas com a força aplicada nos castigos. Produziriam-se com a mesma potência, teorias racistas<sup>4</sup> que justificavam a inferioridade dos negros africanos e a superioridade dos brancos europeus. Chegou-se a defender a existência de raças diferentes, conceito este abolido das bibliografias atuais, pois já é sabido que só existe uma raça em se tratando de pessoas: a raça humana. O termo raça continua sendo usado com uma conotação política, de reivindicação de identidade, por parte de segmentos da população negra.

O fim do regime escravista não aboliu por completo a visão que hierarquiza as culturas e classifica as pessoas mediante a cor da pele, o formato do nariz, a cor dos olhos e a textura dos cabelos.

---

<sup>3</sup> CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

<sup>4</sup> A partir de 1859, com a publicação da obra A origem das espécies do biólogo C. Darwin, surge, na Europa, uma série de teorias racistas que atestam a existência de uma raça inferior (os negros e os não-europeus) e uma raça superior (os brancos) e justificando o domínio dos brancos sobre os negros. O Brasil irá importar essas teorias, que predominarão no período pós-escravidão. Para saber mais, ler: Bento, Maria Aparecida Silva. Cidadania em preto e branco. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999.

### 2.1.1 Uma Teoria Evolucionista

A antropologia — área do conhecimento que em muito tem a contribuir na discussão na discussão pedagógica, especialmente quando se trata de colocar em foco a diversidade racial e cultural no ambiente escolar — tem sido questionada desde a sua origem oficial no século passado até chegar aos nossos dias.

Num contexto em que reinavam teorias racistas que justificavam o processo escravista e impediam o pleno acesso das populações negras, no Brasil, à sociedade pós-abolição, se desenvolve a antropologia do século XIX. Nesta primeira fase, como uma ciência positiva, teve como principal orientação as concepções evolucionista, cujo tratamento sobre a diversidade considerava diferentes estágios de um desenvolvimento único e linear, alcançando por todos os mortais. Era a evolução biológica das espécies!

No entanto, as sociedades europeias eram as eleitas na escala de valores. Ou seja, para que, com base na maior ou menor semelhança com seu estilo de vida, do simples ao complexo, as diferentes sociedades fossem classificadas como superiores ou inferiores.

Não é para menos que uma parcela significativa dos brasileiros fica procurando uma ascendência europeia na qual se apoiar: um bisavô português, uma tataravó italiana, para assim se ver menos negro, menos índio, até mesmo menos brasileiro.

É provável que boa parte dos que se auto-definem “brancos”, ao ter acesso à recente pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, possa não ter ficado muito contente ao saber que 66% de suas linhagens maternas são ameríndias ou africanas.

Como é acenado por muitos estudiosos, o ser negro está atrelado a um lugar imposto: o lugar de inferior, de menos inteligente, de menos capaz, de violento, de tribal. O mito da democracia racial, que afirma que “todos são iguais perante a lei”, mas trata desigualmente, faz com que as desigualdades socioeconômicas sofridas pela população negra sejam vistas como de sua inteira responsabilidade, bastando se esforçar para conseguir “chegar lá”.

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem (NOGUEIRA, 1985, p. 46).

### **2.1.2 A Descrição das Culturas**

Em 1896, Franz Boas e seus colaboradores põem em evidência os limites do método comparativo, tornando ilegítima a comparação entre culturas. Sob bases relativistas, definem a passagem do método comparativo à etnografia, o trabalho de campo, no qual as culturas vinham descritas com maior objetividade possível, sustentando que o processo faz parte de seu significado; sendo assim, as culturas não poderiam ser explicadas, mas simplesmente descritas.

Os alunos de Boas, com suas pesquisas, destacaram a existência de diversidades culturais e o etnocentrismo presente na visão evolucionismo, porém a dignidade de cada cultura era reconhecida apenas pelo fato de serem incomensuráveis.

### **2.1.3 O Estruturalismo de Lévi-Strauss**

É Lévi-Strauss quem discute este dilema, buscando um universalismo não etnocêntrico. Servindo-se da visão estruturalista, buscou demonstrar como todas as culturas codividiam leis lógicas semelhantes para ordenar a realidade e dar sentido a ela: família, rituais de passagem, divisão do trabalho etc. Suas pesquisas de campo consistiam em observar e ouvir as explicações que os nativos davam das próprias culturas, para posteriormente relatá-las de forma coerente, lógica e uniforme.

É inegável a contribuição de Lévi-Strauss em afugentar o preconceito de superioridade de uma cultura sobre a outra, além de evidenciar a distinção entre o desenvolvimento tecnológico e a complexidade das diversas organizações sociais.

As profundas transformações econômicas e sociais, o processo de globalização e seu efeito nos meios de transporte e comunicação de massa, intensificando o contato entre os vários povos, fizeram com que os grupos humanos isolados, as “culturas puras”, tradicional objeto de pesquisa do antropólogo, cada vez mais se tornassem escassos, impulsionando Lévi-Strauss a advertir os demais antropólogos quanto ao fim do “objeto” da antropologia.

### **2.1.4 Da Cultura Isolada às Mudanças Culturais**

Em resposta a tais mudanças radicais, um grupo de antropólogos, entre eles Clifford Geertz, sentiu a necessidade de colocar em discussão o “objeto” da antropologia, transferindo a atenção do antropólogo da “cultura” para as “mudanças culturais”; “da aldeia” para a

“cidade”; da “ordem ilhada” à “complexidade desordenada”; “da cultura pura” às “culturas híbridas”.

Geertz pôde redefinir a ação do antropólogo considerando a cultura um texto a ser interpretado e escrito “a mais mão”, ao qual podem ser atribuídos diferentes significados, significados que por sua vez se constroem em uma polifonia de vozes. O diálogo deixa de ser um meio para se conhecer uma cultura para se tornar o lugar onde o mundo é coproduzido, devendo se superar por isso toda ditadura da linguagem, toda monolinguagem, para assumir a polissemia, na qual cada indivíduo, cada grupo, pode negociar, reconstruir e reinventar continuamente a representação de si mesmo e do mundo circundante.

Ainda que a escola sozinha não seja capaz de reverter anos de desqualificação da população negra e supervalorização da população branca, a longo prazo ela pode desempenhar um importante papel na construção de uma nova cultura, de novas relações que vão além do respeito às diferenças. Possibilitando que todas as vozes possam ecoar no espaço escolar, chega-se à consciência de que é na diversidade que se constrói algo novo (CAVALLEIRO, 2001, p. 102).

### **2.1.5 Atualidade e Possibilidades**

O racismo é uma mazela histórica, cuja raiz de amargura se encontra na própria natureza humana. Na sociedade atual, ele assume várias formas, vai de manifestações explícitas de violência e intolerância a ações camufladas de segregação. Nesse contexto, falsos valores são criados para justificar a atitude racista, valores esses que se espalham no inconsciente coletivo da população, produzindo toda uma geração de pessoas preconceituosas e indiferentes com essa realidade de marginalização. O racismo na sociedade continua a crescer, e um dos motivos que poderiam ser apontados é o legado histórico da discriminação sobre os negros, advindos de relações escravistas do passado e do atual estigma que recai sobre eles, que os empurra para os guetos e favelas, impossibilitando ou dificultando sua entrada no mercado de trabalho e de terem uma boa educação. No mercado de trabalho, no momento da seleção de um candidato, por exemplo, ele não é visto apenas pela capacidade profissional, mas sim pela cor e aparência. Já na escola, existe diferenciação dos alunos por parte dos educadores e até dos próprios estudantes.

No ambiente escolar, os negros são tratados de forma diferenciada, por meio de um racismo camuflado. Para acabar com isso deve haver cursos que capacitem e conscientizem o educador, programas que o levem a analisar criticamente o racismo na educação, objetivando uma luta pela sua superação. Em um país com uma diversidade cultural imensa e com uma

mistura de povos tão singular, a discriminação racial se torna uma contradição cultural e o dever de combatê-la é de todos nós. A família tem papel importantíssimo na educação de seus filhos e pode ajudá-los a questionar o racismo de forma geral. Por ser a transmissora de conhecimentos e fonte de preparação da criança para interagir com o mundo, a família influencia sobremaneira no comportamento e no pensar dos futuros cidadãos. Esses internalizam certos conceitos dos adultos mais próximos, pois nos primeiros momentos consideram seus familiares como exemplos corretos e confiáveis, mesmo quando demonstram atitudes retrógradas. O racismo é uma realidade que precisa ser banida, para tanto, é necessário não apenas boa vontade e sim atitudes e decisões. Cada pessoa deve ser responsável pelo respeito e dignidade de todos os indivíduos, a começar pela luta em favor da igualdade entre as pessoas.

O educador tem a responsabilidade de ser promotor dessa igualdade, já que dentro do contexto escolar, os debates e discussões são boas ferramentas para inculcar a ideia do respeito. É urgente então que seja feito um projeto capaz de transformar a atual conjuntura, ainda manchada pelo racismo.

### **3 A ESCOLA: REPRODUTORA DA DISCRIMINAÇÃO OU PROTAGONISTA DA SUPERAÇÃO?**

Segundo Gandin (1995, p. 35), “a escola é o espelho da sociedade que a cerca”. Essa compreensão da escola chega a ser óbvia, uma vez que a mesma não é uma ilha isolada de todo o resto da sociedade. Pelo contrário, a escola é um microcosmo da comunidade que a cerca, apresentando características socioculturais inerentes a esse meio externo. Sendo assim, imaginar a escola isenta das pressões sociais soa como algo utópico, uma vez que ela própria, sendo concebida como convencional e reprodutora, é o resultado das metamorfoses pelas quais a sociedade vem passando. Nesse sentido, a escola se torna reprodutora, estando a serviço da ideologia dominante e experimentando em seu interior as mazelas sociais. Desde a colonização portuguesa, uma ideologia paira sobre a nossa terra, a do homem branco, detentor dos saberes e da verdade.

O que foi a escravidão no Brasil, senão a confirmação de toda altivez do homem europeu sobre as etnias que aqui estavam e que vieram depois? Os negros advindos da África e os que nasceram nessa nova terra, nunca foram tratados como verdadeiros cidadãos, antes, foram marcados pela desconfiança dos grandes latifundiários e fazendeiros, que os enxergavam como mera mão-de-obra.

Atualmente, a situação de opressão e racismo experimentada pelo negro brasileiro é vista do ponto de vista da ideologia dominante, ou seja, somos uma nação que convive harmonicamente com todas as matrizes étnicas, totalmente isenta com relação à situação desfavorável do negro. Sobre isso, Darcy Ribeiro (2006, p. 204) explicita o pensamento que está no inconsciente coletivo da população: “[...] Todos eles (negros) são tidos consensualmente como culpados de suas próprias desgraças, explicadas como características da raça e não como resultado da escravidão e da opressão”. Esse racismo implícito no ideário coletivo acompanhou a formação das escolas brasileiras e das gerações “pós-escravistas”. Segundo Ribeiro (2006), depois que a lei Áurea foi promulgada, a situação do negro só veio a piorar:

“A nação brasileira, comandada por gente dessa mentalidade, nunca fez nada por essa massa negra que a construíra. Negou-lhe a posse de qualquer pedaço de terra para viver e cultivar, de escolas em que pudessem educar seus filhos, e de qualquer ordem de assistência. Só lhes deu, sobejamente, discriminação e repressão”. (RIBEIRO, 2006, p. 204).

À margem do processo social, os negros se viram sem saídas para ascenderem na sociedade nascente. A partir disso, um sentimento de indiferença tomou conta do povo, que passou a ver os negros com desconfiança, nutrindo assim, uma forma de racismo específico ao Brasil, um racismo camuflado, aceitável socialmente, mas pernicioso por natureza. A escola brasileira nasceu nesse contexto, num primeiro momento, reservada às elites, depois sendo aberta para as classes inferiores, mas nunca abandonando suas bases racistas e excludentes. É preciso entender que o racismo está presente no cotidiano escolar, nas falas dos alunos, nas omissões dos professores e até mesmo na maneira como as carteiras em sala de aula estão dispostas. E na medida em que essa realidade vai sendo ignorada, a discriminação silenciosa vai ganhando força e oprimindo ainda mais os alunos negros. Sobre isso, Castro e Abramovay (2006) afirmam:

A discriminação na escola não é apenas uma prática individual entre os atores escolares, mas são principalmente ações e omissões do sistema escolar que podem contribuir para prejuízos na aprendizagem do aluno negro, minar o seu processo identitário e deixar mágoas, sofrimentos, muitas vezes não expressos. (CASTRO E ABRAMOVAY, 2006, p. 245).

Todavia, a escola não é somente o meio onde as mazelas sociais são reforçadas, antes, ela é também, fonte para se discutir os dilemas urgentes da humanidade. Entre esses dilemas se encontra a questão do racismo, e os atores escolares precisam enxergar esse potencial catalisador da educação no combate do mesmo.

A escola, como cenário fértil para os grandes debates, precisa se assumir, por meio de seus componentes, como uma protagonista na luta contra qualquer tipo de discriminação. A razão de ser da escola, para além da reprodução social, está na possibilidade da sua intervenção no mundo, para transformá-lo em um lugar melhor, ajudando o ser humano a desenvolver suas potencialidades, sem distinção racial ou de qualquer outra natureza. Sobre esse estar no mundo de maneira interventiva, Freire (1996, p. 77) afirma: “[...] meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências”. Ser um sujeito de ocorrências é partir para o confronto direto com a raiz dos problemas e não ficar fazendo rodeios, evitando assim o conflito de ideias. A superação do racismo está diretamente ligada à profundidade e seriedade com que tratamos o tema.

O que falta à escola de hoje é uma indignação proporcional às discriminações raciais existentes no mundo e dentro dela mesma. Creio que essa indignação sempre faltou ao povo brasileiro, que na maioria das vezes discordou silencioso das atrocidades existentes nessa

sociedade. Devemos entender que “[...] não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos” (FREIRE, 1996, p. 78). É preciso resistir ao racismo em todas as suas formas, e a escola, longe de ser um ponto neutro nessa batalha, pode se converter em fonte de conscientização e respeito às diferenças, sejam elas quais forem. Sobre isso, Ribeiro (2006) explicita enfaticamente:

O que nos falta hoje é uma maior indignação generalizada em face de tanto desemprego, tanta fome e tanta violência desnecessária, porque perfeitamente sanáveis com alterações estratégicas na ordem econômica. Falta mais ainda, competência política para usar o poder na realização de nossas potencialidades. (RIBEIRO, 2006, p. 187).

Ao escrever *O povo brasileiro*, Darcy Ribeiro (2006, p. 17) buscou explicar a razão maior que levou o Brasil a ser o que é, um projeto que ainda não deu certo. Fazendo um resgate histórico da formação do nosso povo, o referido autor mostra as relações de poder existentes na época da colonização e ao longo do processo de desenvolvimento urbano. A verdade é que as etnias que ajudaram a construir esse projeto incompleto que somos nós, chamados por Darcy (2006, p. 23) de “povos germinais”, nunca tiveram vez nesse “novo mundo”, inclusive os negros. Mas a análise do autor não para por aí, mais do que constatar o ocorrido, ele nos desafia a pensar o Brasil sob a ótica de um novo projeto estrutural, pensado por todos nós brasileiros. Esse “projeto alternativo de ordenação social” precisa ser abraçado por todos os segmentos da sociedade.

Pensar a escola como protagonista na luta pela superação do racismo, é concebê-la como um espaço de construção de projetos, onde os esquemas mentais discriminadores e racistas podem ser substituídos por novos valores, baseados no respeito à dignidade humana.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A III conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e outras formas de intolerância, que aconteceu em Durban, expressa em sua Declaração e Programa de Ação: “Insta aos Estados a assegurarem igual acesso à educação para todos, na lei e na prática, e a absterem-se de qualquer medida legal ou outras que levem a segregação racial imposta sob qualquer forma no acesso à educação” (§122).

A educação é um direito de todos os povos, independente de condições socioeconômicas, religiosas ou raciais. Apesar, de ser um direito imutável, essa educação possui vertentes ideológicas que estão a serviço daqueles que detém a hegemonia, ou seja, ela está a serviço de modelo da sociedade que temos, modelo esse que a cada dia se torna mais excludente e discriminador. Dessa forma os Estados mais do que se procurarem em dar educação para seu povo, precisam refletir sobre que tipo de educação devem dar e sobre que tipo de cidadão querem formar.

A escola surge como esse campo aberto, onde os temas urgentes da humanidade podem ser discutidos, inclusive o racismo. O caminho para superação do mesmo se encontra em sua análise histórica, desvelando e criticando seus fundamentos e mecanismos legitimadores. “Nesse sentido, reconhece-se a importância estratégica que tem a escola, a educação e também a juventude no combate ao racismo e na defesa dos direitos humanos”. (CASTRO E ABRAMOVAY, 2006, p.21).

## REFERÊNCIAS

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CASTRO, Mary Garcia (Coord.) / ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). **Relações raciais na escola: Reprodução da desigualdade em nome da igualdade**. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Racismo e anti-racismo na educação**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1993.

GANDIN, Danilo. **Escola e transformação social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

MOLAR, Jonathan de Oliveira. **Alteridade: uma noção em construção**. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/493-215.pdf>> Acesso em: 08 jun. 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SILVA, Petronilha Beatriz Goncalves e; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção. **O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do movimento negro**. São Carlos: UFSCar, 1997.